

PLANO DE ACÇÃO ANUAL PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA RCS 1325, 2010 - 2011
Comité de Pilotagem da RCS 1325
Guiné- Bissau

Discussão e validação reunião Comité Pilotagem 18 / 08 / 10

- Parceiros responsáveis por actividades e resultados concordam a adaptação do calendários das actividades específicas e estimações de orçamento e ONGs e parceiros a implicar
 - ⇒ Plano de Acção aprovado por todas os presentes (anexar lista participantes)

Resultados a atingir Por domínio	Actividades	Responsável	CALENDARIO				Orçamento	
			T1	T2	T3	T4	Mobilizado	A mobilizar

advocacia sobre a adopção da lei contra as praticas nefastas organizadas - Lei sobre as praticas nefastas adoptada - Existência de fundos para o combate contra a VBG - Conhecimento das mulheres sobre os fundos VBG - Nível de <i>implementação da Estratégia MGF?</i> 1.2. Currícula escolares integram dimensão de género e a problemática sobre a paz e segurança <u>Indicadores:</u> - Curriculum escolares analisados e revistos - Implicação do Ministério da Educação estabelecida - Numero de actividades de advocacia sobre a problematica paz/segurança/género organizadas - <i>Número de actividades educativas organizadas sobre a problemática da paz e segurança com perspectiva de género</i> - <i>Número de organizações e associações implicadas</i>	⇒ <i>IMC e Comité Praticas Nefastas: analisar detalhes sobre a luta pelo abandono MGF?</i> 1.2. Integração da problemática das mulheres e de género, paz e segurança na educação para a cidadania / Curriculum escolares ⇒	MMFCSLP e IMC, Ministério Educação						23
--	---	---	--	--	--	--	--	-----------

2. PARTICIPAÇÃO A participação das mulheres nos processos de decisões aumentada <u>Indicadores:</u> - Nível/% de participação de mulheres no Comité de Pilotagem para a Consolidação da Paz - Projectos aprovados pelo Comité de Pilotagem para a Consolidação da Paz contêm perspectivas de género - Quadro jurídico do sector da defesa e segurança revisto e sensível ao género - Existência de uma lista de mulheres guineenses para os diferentes postos internacionais - Envio da lista - Numero de partidos políticos que estabelecem quotas para a participação feminina - Número de actividades de advocacia feitas com os partidos políticos sobre as quotas de participação de mulheres	2. Advocacia e apoio técnico para a participação das mulheres a) Sensibilização das autoridades políticas para alterar a lei eleitoral e a lei-quadro dos partidos políticos permitindo o estabelecimento de quotas para a integração de mais mulheres b) Sensibilização das autoridades nacionais sobre a necessidade institucionalização dos mecanismos para a participação das mulheres em todas as fases de negociações para a paz. c) Adopção e aprovação de um quadro jurídico que estabelece quotas obrigatórias para as mulheres em todos os recrutamentos que visam admitirem novos efectivos nos sectores da defesa e segurança d) Sensibilização com vista à preparação e envio ao Secretario Geral das NU de uma lista de mulheres guineenses para os diferentes postos internacionais (<i>durante o 10º aniversário da 1325?</i>) e) Assegurar participação activa das representantes do WANEP e a REMAMP o Comité de Pilotagem para a Consolidação da Paz	MMFCSLP e IMC, REMAMP, NU, ANP, ONGs, Part PolMMFCSLP e IMC, ANP, Ministério de Defesa e MI, ONGs vocacionadas, NU Ministério de Defesa et MI, MMFCSLP e IMC, ANP, UN MMFCSLP, Ministério Negócios Estrangeiros IMC, WANEP, REMAMP						
---	--	--	--	--	--	--	--	--

3.1. Mecanismos protegendo e promovendo os direitos humanos das mulheres existem e são operacionais <u>Indicadores:</u> - Existência de estruturas específicas junto das entidades de investigação criminal para atender os casos de VBG - Existência de mecanismos adequados que asseguram a segurança e protecção das testemunhas que denunciam os relatos de violência contra as mulheres - Existência de mecanismos de seguimento dos casos de denúncias das violações dos direitos das mulheres - existência de mecanismos de apoio acesso a justiça 3.2. Estudos feitos e partilhados <u>Indicadores:</u> - Parceiros como o INEP e as ONGs (Voz di Paz) implicados - Número de estudos feitos - Nível de disseminação dos resultados dos estudos - estudo sobre impacto de conflicto nas mulheres da GB existente	a) Fortalecimento de estruturas específicas junto das entidades de investigação criminal para atender os casos de VBG e dotá-las de meios indispensáveis para o seu funcionamento b) Institucionalização de mecanismos adequados que asseguram a segurança e protecção das testemunhas que denunciam os relatos de VBG Criação de mecanismos de seguimento dos casos de denúncias das violações dos direitos das mulheres c) Criação de <i>f mecanismos de apoio de acesso à justiça</i> ⇒ <i>Implicar a faculdade de direito Bissau → projecto PNUD</i> 3.2 Estudos e pesquisas Realização de estudos e pesquisas sobre os impactos dos conflitos armados/ instabilidade política nas mulheres e crianças para efeitos de elaboração das políticas concretas ⇒ <i>Há que implicar e colaborar com o INEP, Voz di Paz, Faculdades, etc.</i> ⇒ <i>Que estudos existem já?</i> ⇒ <i>Que estudos precisamos e para quê ?</i> ⇒ <i>Sobre tudo victimas de violencia sexual/conflicto</i>	Ministério da Justiça/CNDH, Ministério do Interior, MMFCSLP/IMC, ONGs vocacionadas de DH e VBG Ministério da Justiça, Ministério do Interior, MMFCSLP/IMC, <i>UNIOGBIS?</i> Ministério da Justiça, Ministério do Interior, MMFCSLP/IMC, <i>UNIOGBIS/PNU D?</i> IMC							25
--	--	--	--	--	--	--	--	--	-----------

4. SOCORRO HUMANITÁRIO 4.1. Domínio de assistência aos refugiados sensível ao género <u>Indicadores:</u> - Número de actividades de advocacia organizados com os parceiros envolvidos - Programa de assistência aos refugiados sensível ao género 4.2. Serviços de protecção civil e de apoio a emergência sensíveis ao género <u>Indicadores:</u> - Existência de um fundo de emergência - Fundo de emergência toma em conta necessidades específicas das mulheres - % Do pessoal do serviço de protecção civil formado em género - Nível de sensibilidade ao género dos planos e actividades do serviço de protecção civil - Número de actividades de sensibilização e advocacia organizados com os parceiros envolvidos	4.3. Refugiados a) Realização de lobby junto dos actores políticos para elaboração de um programa de assistência aos refugiados que tem em conta as necessidades específicas das mulheres b) Realização de lobby ao Secretariado Nacional para os Refugiados para que participem representantes das organizações de mulheres e mulheres refugiadas 4.4. Protecção civil a) Sensibilização das autoridades nacionais sobre a necessidade da criação de um fundo de emergência nacional que atenda às necessidades específicas das mulheres b) Sensibilização sobre a necessidade do “serviço de protecção civil” que atenda às necessidades específicas das mulheres ⇒ <i>Em colaboração com o serviço de protecção civil</i>	MMFCSLP/IMC, MI, UN (HCR e OCHA) MMFCSLP/IMC, UN (HCR e OCHA) MMFCSLP/IMC, MI MMFCSLP/IMC, Serviço de Protecção Civil, UN (HCR/OCHA)						26
---	--	--	--	--	--	--	--	-----------

5. COMUNICAÇÃO Existência de uma estratégia de comunicação <u>Indicadores:</u> - Estratégia de comunicação existente - Número de actividades/eventos organizados sobre o conteúdo da 1325 - Campanha de sensibilização organizada - Número de parceiros e meios de comunicação implicados	5. Elaboração de uma estratégia de comunicação sobre a RCS1325 a) Campanha de sensibilização e informação nos meios de comunicação sobre o conteúdo da RCS 1325 b) Advocacia e comunicação sobre o Comité de Pilotagem	Comité de Pilotagem RCS 1325, NU MMFCSLP/IMC						
6. MONITORAGEM DA IMPLEMENTAÇÃO DA RCS 1325 Comité de Pilotagem operacional e relatórios anuais produzidos <u>Indicadores:</u> - Relatório publicado e partilhado - Número de reuniões com um quórum mínimo (de 50%)	6. Monitoragem da implementação da RCS 1325 a) Reuniões regulares do Comité com um quórum mínimo (50%) b) Redacção do relatório anual sobre a implementação da RCS 1325 c) Partilha do relatório d) Criação de mailing-list dos membros do Comité de Pilotagem	Comité de Pilotagem RCS 1325						